



**Procuradoria
Geral** | DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

F U V E S T FUNDAÇÃO
UNIVERSITÁRIA
PARA O VESTIBULAR

**CONCURSO PROCURADORIA GERAL DA
USP PROCURADOR – EDITAL RH Nº 07/2023**

Instruções

1. **Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.**
2. Verifique se o seu nome está correto na capa deste caderno e se a folha de respostas pertence ao **grupo X**. Informe ao fiscal de sala eventuais divergências.
3. Durante a prova, são **vedadas** a comunicação entre candidatos e a utilização de qualquer material de consulta e de aparelhos de telecomunicação.
4. Duração da prova: **04 (quatro) horas**. Cabe ao candidato controlar o tempo a partir do relógio disponibilizado na sala de provas. O(A) candidato(a) poderá retirar-se da sala definitivamente somente após decorridas **02 (duas) horas** de prova. Não haverá tempo adicional para preenchimento da folha de respostas.
5. O(A) candidato(a) deverá seguir as orientações estabelecidas pela FUVEST a respeito dos procedimentos de biossegurança adotados para a aplicação deste concurso.
6. Lembre-se de que a FUVEST se reserva o direito de efetuar procedimentos adicionais de identificação e controle do processo, visando a garantir a plena integridade do exame. Assim, durante a realização da prova, poderá ser coletada por um fiscal uma **foto** do(a) candidato(a) para fins de reconhecimento facial, para uso exclusivo da USP e da FUVEST. A imagem não será divulgada nem utilizada para quaisquer outras finalidades, nos termos da lei.
7. Após a autorização do fiscal da sala, verifique se o caderno está completo. Ele deve conter **80 (oitenta)** questões objetivas, com 05 (cinco) alternativas cada, das quais apenas uma atende ao enunciado. Informe ao fiscal de sala eventuais divergências quanto ao número de questões e de alternativas.
8. Preencha a folha de respostas com cuidado, utilizando caneta esferográfica de **tinta azul ou preta**. A folha de respostas **não será substituída** em caso de rasura.
9. Ao final da prova, é **obrigatória** a devolução da folha de respostas acompanhada deste caderno de questões.

Declaração

Declaro que li e estou ciente das informações que constam na capa desta prova, na folha de respostas, bem como nos avisos que foram transmitidos pelo fiscal de sala.

ASSINATURA

O(a) candidato(a) que não assinar esta capa será considerado(a) ausente da prova.



01

Tício trabalha na empresa metalúrgica YYYY na região do ABC de São Paulo. A empresa lhe fornece gratuitamente os uniformes onde constam as logomarcas da empregadora e de empresas parceiras. Neste caso,

- (A) Tício tem o direito de recusar o uso do uniforme com logomarcas de empresas que não sejam sua empregadora.
- (B) a logomarca no uniforme pode ser colocada, desde que com a anuência também do sindicato representativo.
- (C) Tício deverá usar o uniforme com as logomarcas da empresa e de empresas parceiras, pois isso está dentro do poder diretivo do empregador.
- (D) eventual ação de Tício contra a empresa para não usar o uniforme seria de competência da Justiça Comum.
- (E) a higienização do uniforme fornecido será sempre de responsabilidade do trabalhador.

02

Lívio foi empregado da sociedade empresária XXXX Ltda., na qual atuou como atendente por um ano e sete meses, sendo dispensado sem justa causa em julho de 2022.

De acordo com o que dispõe a CLT, sabendo-se que a norma coletiva nada dispõe a respeito,

- (A) uma vez que o contrato vigorou por mais de um ano, deve ser feita a homologação perante o sindicato de classe do empregado ou perante o Ministério do Trabalho.
- (B) o pagamento poderá ocorrer na própria empresa, pois não há necessidade de homologação da rescisão contratual pelo sindicato profissional.
- (C) não havendo discórdia sobre o valor devido a Lívio, deverá ser apresentada uma homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho, com assinatura de advogado comum.
- (D) a sociedade empresária, ao optar por fazer o pagamento em suas próprias instalações, deverá obrigatoriamente depositar o valor na conta do trabalhador para ter a prova futura do adimplemento.
- (E) o pagamento a que fizer jus não poderá ser efetuado por meio de depósito bancário.

03

Desde abril de 2021, Caio é empregado em uma indústria de alimentos, com carteira profissional assinada. No último contracheque de Caio verificou-se o pagamento das seguintes parcelas: ajuda de custo, abono, prêmio, comissão e diárias para viagem. Considerando essa situação, é verba que, de acordo com a CLT e salvo caso de fraude, integra o salário e constitui base de incidência de encargo trabalhista:

- (A) abono.
- (B) prêmio.
- (C) comissão.
- (D) diárias para viagem.
- (E) ajuda de custo.

04

Maria é empregada no Mercado YYYYY S.A. desde setembro de 2020, exercendo a função de atendente e recebendo o valor correspondente a um salário mínimo por mês. Desejando o empregador inserir cláusula compromissória no contrato da empregada, de acordo com a CLT,

- (A) a inserção não é possível, porque, no Direito do Trabalho, não cabe arbitragem em lides individuais.
- (B) a cláusula de arbitragem pode ser inserida à condição de que haja assistência do sindicato da categoria.
- (C) não há mais óbice à inserção de cláusula compromissória de arbitragem nos contratos de trabalho, inclusive no de Maria.
- (D) a cláusula de arbitragem pode ser inserida em todos os contratos de trabalho, sendo admitida de forma expressa ou tácita.
- (E) a cláusula compromissória de arbitragem não poderá ser inserida no contrato citado, em razão do valor do salário recebido pela empregada.

05

Maria e José, casados em comunhão universal, são empregados de uma agroindústria e exercem a função de conferente. Após 10 meses de vigência do contrato, ambos receberam aviso prévio em setembro de 2022, para ser cumprido com trabalho. Contudo, 19 dias após, a empresa resolveu reconsiderar a sua decisão e manter Maria e José no seu quadro de empregados. Ocorre que ambos não desejam prosseguir, porque, nesse período, distribuíram seus currículos e conseguiram a promessa de outras colocações em uma empresa concorrente, com salário um pouco superior.

Diante da situação posta e de acordo com a CLT,

- (A) os empregados não são obrigados a aceitar a retratação, que somente gera efeito se houver consenso entre empregado e empregador.
- (B) não há que se falar em aviso prévio, pois os contratos de trabalho duraram menos de um ano.
- (C) os empregados são obrigados a aceitá-la, uma vez que a retratação foi feita pelo empregador ainda no período do aviso prévio.
- (D) a retratação deve ser obrigatoriamente aceita pela parte contrária se o aviso prévio for trabalhado, e, se for indenizado, há necessidade de concordância das partes.
- (E) o empregador não poderia ter feito isso, porque a CLT não prevê a possibilidade de reconsideração de aviso prévio, que se torna irreversível a partir da concessão.



06

Em relação à hierarquia das normas negociais trabalhistas,

- (A) as condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em acordo coletivo de trabalho.
- (B) as condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho podem prevalecer sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho, a depender da matéria objeto de negociação.
- (C) as condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho nunca prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho.
- (D) as condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho.
- (E) não há dispositivo legal estabelecendo a prevalência ou do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho.

07

A respeito dos prazos das convenções e dos acordos coletivos de trabalho, assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas: “Não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a _____, sendo _____ a ultratividade”.

- (A) 01 (um) ano; vedada.
- (B) 02 (dois) anos; vedada.
- (C) 03 (três) anos; permitida.
- (D) 04 (quatro) anos; vedada.
- (E) 06 (seis) meses; permitida.

08

A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre

- (A) plano de previdência privada.
- (B) seguro de vida.
- (C) troca do dia de feriado.
- (D) plano de saúde empresarial.
- (E) enquadramento do grau de periculosidade.

09

Havendo alteração da estrutura jurídica da empresa, é INCORRETA decisão judicial segundo a qual

- (A) a empresa sucedida responderá solidariamente com a sucessora quando ficar comprovada fraude na transferência.
- (B) o sócio retirante responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de arquivada a modificação do contrato.
- (C) o sócio retirante responderá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.
- (D) a alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.

- (E) caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores, as obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor.

10

Sobre a seguridade social e seus objetivos, é correto afirmar que

- (A) a seguridade social prevista no art. 194 da CF/88 compreende a previdência, a saúde e a assistência social, destacando-se que as duas últimas não estão vinculadas a qualquer tipo de contraprestação por parte dos seus usuários, a teor dos arts. 196 e 203, ambos da CF/88.
- (B) as disposições relativas à seguridade social (saúde, previdência e assistência social), previstas no Capítulo II da Constituição da República, são aplicáveis à disciplina dos direitos dos idosos, situada no Capítulo VI, tanto que ambas se situam no Título VIII da Constituição da República, que trata da Ordem Social.
- (C) a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma independente pelos órgãos responsáveis pela saúde, pela previdência social e pela assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
- (D) compete ao Poder Público organizar a seguridade social com base, dentre outros, nos seguintes objetivos: universalidade de cobertura e de atendimento, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio e base de financiamento única.
- (E) são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei, sendo vedado, todavia, que a lei exija a posse e a renovação de certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

11

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, inclusive pelo Tema 173 do repertório de Repercussão Geral, são sujeitos ativos dos benefícios da assistência social existentes na Constituição e legislação ordinária brasileira

- (A) apenas os brasileiros natos e naturalizados.
- (B) os brasileiros natos, os naturalizados e, mediante reciprocidade, os fronteiriços.
- (C) os brasileiros natos, os naturalizados e, mediante Decreto, os refugiados.
- (D) os brasileiros natos, os naturalizados e os estrangeiros residentes no Brasil.
- (E) os brasileiros natos, os naturalizados, os residentes e os turistas no Brasil.



12

O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Para essa finalidade, considera-se idosa a pessoa a partir de

- (A) 60 anos, independentemente do sexo.
- (B) 60 anos para mulheres e 65 anos para homens.
- (C) 65 anos, independentemente do sexo.
- (D) 65 anos para mulheres e 70 anos para homens.
- (E) 70 anos, independentemente do sexo.

13

Considerando os trabalhadores urbanos, exceto para o professor que comprove tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar, a idade mínima para concessão de aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019, é

- (A) 57 anos, se homem, e 62 anos, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
- (B) 62 anos, se homem, e 60 anos, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
- (C) 65 anos, se homem, e 60 anos, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
- (D) 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
- (E) 67 anos, se homem, e 65 anos, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.

14

As seguintes verbas integram o salário-de-contribuição para os fins da lei de custeio da Seguridade Social (Lei 8.212/1991):

- (A) As diárias para viagens.
- (B) Os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais.
- (C) A participação nos lucros ou resultados da empresa, mesmo quando paga ou creditada em desacordo com lei específica.
- (D) A importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa.
- (E) O valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços.

15

Na recuperação judicial,

- (A) o credor que deseja fazer seu crédito constar do quadro geral de credores deve apresentar habilitação de crédito.
- (B) os credores quirografários da recuperanda não conservam seus direitos contra o fiador e o avalista.

- (C) o prazo de suspensão das execuções ajuizadas contra a recuperanda é improrrogável, salvo se o devedor não der causa à necessidade de prorrogação.
- (D) o recurso cabível contra a decisão que conceder a recuperação judicial e a que encerrar a falência é a apelação.
- (E) a assembleia geral de credores será convocada para deliberar sobre o plano de recuperação caso ao menos um credor apresente objeção ao documento.

16

Na responsabilidade por vícios e pelos fatos dos produtos e dos serviços nas relações regidas pelo Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) todos os fornecedores respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção e montagem de seus produtos.
- (B) todos os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.
- (C) todos os fornecedores de serviços sempre respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços.
- (D) os órgãos públicos, por si ou suas empresas, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos, obrigação que não se estende às concessionárias, permissionárias ou a outras formas de empreendimento.
- (E) no fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto deve estar expressa a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, para que o consumidor possa exigí-las.



17

A desconsideração da personalidade jurídica autorizada pelo Código Civil sujeita-se ao seguinte parâmetro:

- (A) Desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de natureza civil e penal, exclusivamente, além do uso indevido da personalidade para a satisfação de interesses de seus sócios ou administradores.
- (B) Uma hipótese de confusão patrimonial que autoriza a desconsideração da personalidade jurídica decorre da ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada pela transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.
- (C) A confusão patrimonial que autoriza a desconsideração da personalidade jurídica decorre do cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa, mas não da prática de outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
- (D) A mera existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, ainda que não estejam presentes os requisitos do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- (E) Autoriza a desconsideração da personalidade jurídica por desvio de finalidade a mera expansão da atividade econômica específica ou mesmo a alteração da finalidade original da pessoa jurídica.

18

Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente de desconsideração da pessoa jurídica, no âmbito de um processo trabalhista,

- (A) na fase de cognição, cabe recurso de imediato, excepcionando-se o § 1º do art. 893 da CLT.
- (B) na fase de execução, cabe agravo de petição, mediante garantia do juízo individualizada por sócio inserido.
- (C) cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
- (D) descabem recursos, aplicando-se o conceito de contraditório diferido.
- (E) cabe Recurso Ordinário, independentemente da fase.

19

Trabalhador nascido em 01.02.2004 cumpriu contrato de aprendizagem de 01.03.2018 a 01.08.2019, encerrado pelo escoamento do prazo determinado de 18 meses. A data final para ele ajuizar ação trabalhista com pretensões alusivas ao contrato de aprendizagem não sofrendo os efeitos da prescrição é/foi

- (A) 01.03.2020.
- (B) 01.03.2021.
- (C) 01.08.2021.
- (D) 01.02.2022.
- (E) 01.02.2024.

20

O exercício da capacidade postulatória pelas próprias partes no Processo do Trabalho se admite

- (A) somente nas Comarcas desprovidas de representação sindical.
- (B) indistintamente nos dissídios individuais e nos coletivos.
- (C) apenas nas causas de menor complexidade.
- (D) no Rito Sumaríssimo, mas não pode ser exercida no Rito Ordinário.
- (E) apenas na fase de conhecimento, mas não na fase recursal.

21

Na Orientação Jurisprudencial da Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, o prazo em dobro para litisconsortes

- (A) somente passou a ser aplicado após a reforma trabalhista decorrente da Lei 13.467/2017.
- (B) aplica-se em processos coletivos, mas não em processos individuais.
- (C) aplica-se em caso de litisconsórcio alusivo à terceirização, mas não em hipóteses de grupo econômico e sucessão de empregadores.
- (D) aplica-se, apenas, em caso de procuradores distintos.
- (E) não se aplica, embora previsto no Código de Processo Civil.

22

Sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho no âmbito do processo de execução trabalhista, é correto afirmar que

- (A) o MPT pode produzir título executivo extrajudicial, embora ausente previsão expressa na CLT.
- (B) os ajustes conduzidos pelo MPT têm natureza de título executivo judicial.
- (C) os ajustes conduzidos no curso dos inquéritos civis do MPT podem ostentar natureza de título executivo judicial ou extrajudicial, a depender da matéria envolvida.
- (D) os ajustes de conduta produzidos pelo MPT admitem execução direta sem passar pela fase de conhecimento no processo trabalhista.
- (E) somente os ajustes de conduta homologados em cognição judicial consubstanciam título executivo.

23

O prazo para oposição, por autarquia estadual, de Embargos à Execução no Processo do Trabalho é de

- (A) 5 dias, contados da citação.
- (B) 5 dias, contados da juntada da citação aos autos.
- (C) 10 dias, contados da citação.
- (D) 10 dias, contados da juntada da citação aos autos.
- (E) 30 dias, contados da citação.



24

Em harmonia com a sistemática da nulidade no Processo do Trabalho

- (A) em caso de indeferimento de prova testemunhal, os arts. 795 a 799 da CLT preveem expressamente que a parte registre, no ato, seus protestos antipreclusivos.
- (B) em caso de indeferimento de prova testemunhal, a inteligência dos arts. 795 a 799 da CLT é no sentido de registro do inconformismo no prazo de Razões Finais.
- (C) dada a irrecurribilidade das decisões interlocutórias, é dado à parte reavivar todas as matérias e irrisignações em sede de Recurso Ordinário, independentemente de manifestação prévia na fase de conhecimento.
- (D) para a hipótese de indeferimento de prova testemunhal, a CLT admite o uso do Mandado de Segurança em determinadas matérias.
- (E) o indeferimento da prova testemunhal deve ser combatido com o uso do Agravo de Instrumento, desde que suscitado ao término da audiência.

25

A lide

- (A) teve seu conceito inicial e originalmente na doutrina brasileira.
- (B) compreende qualquer conflito de interesses entre duas ou mais pessoas.
- (C) caracteriza-se pelo conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida.
- (D) somente pode resolver-se pelo Poder Judiciário.
- (E) em nenhuma hipótese admite solução por autotutela.

26

Segundo o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em matéria de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR),

- (A) o IRDR somente pode ser suscitado pelo magistrado que conduz o processo em primeiro grau.
- (B) o IRDR somente pode ser suscitado pelo relator do recurso em segundo grau.
- (C) não cabe recurso de *amicus curiae* contra decisão que julgar o IRDR.
- (D) não cabe recurso especial contra acórdão proferido pelo tribunal de origem que fixa tese jurídica em abstrato em julgamento do IRDR.
- (E) a admissão de IRDR nunca suspende o processo.

27

Em primeiro pronunciamento judicial, a magistrada responsável pela causa entende por julgar parcialmente o mérito, condenando a USP ao pagamento de indenização por dano moral, fundamentando que essa parcela da demanda se encontrava em condições de imediato julgamento.

No mesmo ato, entende pelo prosseguimento do processo em primeiro grau de jurisdição, por considerar necessária a realização de instrução antes de decidir o pedido de indenização por danos materiais.

Finalizada a instrução, em segundo pronunciamento judicial, a magistrada põe fim à fase de conhecimento, condenando a USP também em danos materiais. Neste caso, o

- (A) primeiro pronunciamento judicial é impugnável por agravo de instrumento e o segundo por apelação.
- (B) primeiro pronunciamento judicial é impugnável por apelação e o segundo por agravo de instrumento.
- (C) primeiro pronunciamento judicial não é acobertado pela preclusão, logo, deve ser impugnado em preliminar de apelação a ser interposta em face do segundo pronunciamento.
- (D) primeiro e o segundo pronunciamentos judiciais são impugnáveis por agravo de instrumento.
- (E) primeiro e o segundo pronunciamentos judiciais são impugnáveis por apelações autônomas.

28

Em litígio versando sobre direitos indisponíveis da ré, a USP recebe por oficial de justiça a citação; decorridos 31 dias úteis contados da juntada aos autos do mandado cumprido, e não apresentada resposta, a Secretaria Judicial certifica o decurso do prazo.

O magistrado, por presumir verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, condena a USP ao pagamento de quantia de grande valor. A USP é validamente intimada da sentença. Decorridos 16 dias úteis, e não apresentada a apelação, a Secretaria Judicial certifica o trânsito em julgado. O magistrado responsável pelo processo determina que a USP, em 15 dias, proceda ao imediato pagamento do débito, sob pena de multa.

O primeiro dos atos referidos em desacordo com a lei foi a

- (A) certificação do decurso do prazo para resposta da USP.
- (B) presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor.
- (C) certificação do decurso do prazo para interposição de apelação.
- (D) intimação da USP para imediato pagamento no prazo de 15 dias.
- (E) citação por mandado, porque deverá ser realizada pelo correio, com carta registrada, exigindo o carteiro a assinatura de quem recebeu.



29

Assinale a alternativa correta.

- (A) A legitimidade legalmente conferida aos entes políticos para a promoção de ações civis públicas não se estende às respectivas autarquias.
- (B) Decisão proferida em sede de ação coletiva atinge quaisquer pessoas relacionadas ao objeto da demanda, *pro et contra*.
- (C) A Universidade de São Paulo pode ser autora de demanda coletiva voltada à proteção de consumidores lesados por determinada prática abusiva de empresa.
- (D) Além da legitimidade ativa, autores de demandas coletivas têm que ostentar, segundo a jurisprudência, representatividade adequada.
- (E) Uma vez ajuizada uma demanda coletiva, será determinado que todos os interessados intervenham no processo.

30

Considera-se intervenção de terceiro, de acordo com o CPC em vigor,

- (A) o ingresso de qualquer pessoa que tenha interesse econômico no julgamento da demanda.
- (B) o litisconsórcio, quando necessário, e cuja implementação seja determinada ao autor pelo juiz.
- (C) a nomeação à autoria.
- (D) a oposição.
- (E) a denúncia da lide pelo autor ou pelo réu.

31

A tutela antecipada fundada na evidência NÃO está sujeita ao seguinte requisito ou característica:

- (A) é disciplinada como espécie de tutela provisória.
- (B) pode ser concedida quando amparada pelo sistema de precedentes dos Tribunais Superiores.
- (C) somente será concedida após ouvido o réu.
- (D) a concessão de tutela antecipada fundada na evidência independe da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- (E) em se tratando de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, a lei admite expressamente que a ordem de entrega do objeto custodiado pode ser feita sob cominação de multa.

32

“(…) chegando as causas a contar a idade por lustros, ou décadas, em vez de anos. Mas justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação do processo, a demora na conclusão do feito, contraria o direito escrito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade”

Texto adaptado do original: BARBOSA, Rui. Oração aos Moços, 5.ed., Brasília, Caixa, 2005, pp. 81-82.

Para minorar os prejuízos decorrentes da situação criticada no texto acima, milita

- (A) a ampla recorribilidade das decisões.
- (B) o contraditório.
- (C) a ação rescisória.
- (D) a contagem dos prazos em dias úteis.
- (E) a tutela de urgência.

33

Embargos de declaração são um recurso muitas vezes mal utilizado na praxe judiciária, o que pode gerar prejuízos ao Erário em razão do cabimento de multa. Sendo assim, é importante que os(as) Procuradores(as) da USP dominem o manejo dessa ferramenta processual. A respeito desse recurso, é correto afirmar que

- (A) os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo, mas a eficácia da decisão monocrática ou colegiada poderá ser suspensa pelo respectivo juiz ou relator.
- (B) após o julgamento dos embargos de declaração, o prazo para apelação ou agravo volta a correr de onde parou (suspensão).
- (C) caso a USP seja condenada ao pagamento de multa por embargos protelatórios, a interposição do recurso seguinte ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa.
- (D) embargos de declaração se prestam a discutir o acerto ou desacerto do entendimento do juiz que prolatou a decisão recorrida, não se tratando de recurso de fundamentação vinculada.
- (E) a rejeição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento junto ao Tribunal de segunda instância impede que o Recurso Especial seja conhecido pelo STJ.

34

Serão descontadas e computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes a

- (A) 2 minutos, observado o limite máximo de 4 minutos diários.
- (B) 3 minutos, observado o limite máximo de 6 minutos diários.
- (C) 5 minutos, observado o limite máximo de 10 minutos diários.
- (D) 7 minutos, observado o limite máximo de 14 minutos diários.
- (E) 10 minutos, observado o limite máximo de 20 minutos diários.



35

Nos termos da Lei nº 8.666/93, o adjudicatário

- (A) deverá assinar o contrato administrativo no prazo de 60 dias, contados da apresentação da proposta comercial no dia designado para a licitação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.
- (B) deverá assinar o contrato administrativo no prazo de 60 dias, contados da abertura da proposta comercial, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.
- (C) será convocado para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e das condições estabelecidos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.
- (D) será convocado para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 30 dias, contados da homologação e da adjudicação da licitação.
- (E) será convocado para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 60 dias, contados da homologação e da adjudicação da licitação.

36

A Lei de Licitações e Contratos vigente (Lei nº 14.133/21) estabelece o regime sancionatório em razão do cometimento de infrações administrativas. A respeito disso, inovou ao dispor que as sanções administrativas

- (A) possuem prazo mínimo, mas não contemplam prazo máximo, aos moldes da declaração da inidoneidade prevista na Lei nº 8.666/93.
- (B) por invadirem a esfera de direito do responsável pelas infrações, devem atender ao princípio do contraditório e da ampla defesa, sendo facultado ao interessado o prazo de 5 dias úteis para a apresentação de defesa, contados de sua notificação.
- (C) não podem mais ser cumuladas, em homenagem ao princípio do *non bis in idem*.
- (D) podem ser estendidas aos administradores e sócios com poderes de administração mediante desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- (E) possuem prazo máximo, ficando o prazo mínimo por conta da discricionariedade da Administração.

37

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, constitui hipótese de inexigibilidade de licitação

- (A) a contratação de serviços de vigilância no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).
- (B) a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente para o tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.
- (C) a locação de imóvel cujas características de instalações e localização tornem necessária sua escolha.
- (D) a contratação de serviços de manutenção de veículos automotores no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

- (E) a intervenção da União no domínio econômico para regular preços.

38

Conforme o regime jurídico dos bens públicos,

- (A) os que forem insuscetíveis de valoração patrimonial poderão ser alienados desde que observados os requisitos previstos em lei.
- (B) eles poderão ser alienados ainda que estejam afetados a uma determinada finalidade pública.
- (C) os bens de uso comum do povo são aqueles bens que podem ser utilizados por todos em igualdade de condições, desde que haja consentimento individualizado por parte da Administração.
- (D) a investidura é uma das formas de alienação dos bens públicos e consiste na alienação, ao proprietário do imóvel lindeiro, de área remanescente ou resultante de obra pública que se tornar inaproveitável isoladamente.
- (E) a autorização de uso de bem público diferencia-se da permissão de uso de bem público, pois a primeira é outorgada para fins do interesse público, ao passo que a segunda é concedida no interesse privado do utente.

39

Na usucapião de bens imóveis,

- (A) o possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido pelo Código Civil, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores, contanto que todas sejam contínuas, pacíficas e, nos casos da usucapião ordinária, com justo título e de boa-fé.
- (B) aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- (C) aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural igual a cem hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (D) aquele que possuir, como sua, área urbana de até trezentos metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (E) será de dez anos o prazo para a usucapião ordinária se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.



40

Sobre os efeitos da posse e a sua proteção, é correto afirmar que

- (A) o possuidor tem direito a ser restituído na posse em caso de turbação, mantido no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.
- (B) o possuidor turbado, ou esbulhado, poderá restituir-se ou manter-se por sua própria força e os atos de desforço, ou de defesa, podem até ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse.
- (C) o possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais e mesmo que se prove que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.
- (D) o possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé, mas tem direito às despesas da produção e custeio.
- (E) os frutos pendentes ao tempo em que cessar a má-fé devem ser restituídos, depois de deduzidas as despesas da produção e custeio; devem ser também restituídos os frutos colhidos com antecipação.

41

A respeito dos direitos reais sobre coisas alheias é correto afirmar que

- (A) o usufrutuário, antes de assumir o usufruto, inventariará, à sua custa, os bens que receber, determinando o estado em que se acham, e dará caução tão somente real, se lhe exigir o dono, de velar-lhes pela conservação, e entregá-los findo o usufruto.
- (B) a servidão pode ser removida, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente e à sua custa, se em nada diminuir as vantagens do prédio dominante, ou pelo dono deste e à sua custa, se houver considerável incremento da utilidade e não prejudicar o prédio serviente.
- (C) o usuário usará da coisa e perceberá os seus frutos, quanto o exigirem as necessidades suas e de sua família, que compreendem as de seu cônjuge, dos filhos solteiros, mas não incluem as pessoas de seu serviço doméstico.
- (D) o dono de uma servidão não pode fazer qualquer obra, mesmo necessária à sua conservação e uso, sem autorização do dono do prédio serviente.
- (E) se o direito real de habitação for conferido a mais de uma pessoa, qualquer delas que sozinha habite a casa terá de pagar aluguel à outra, ou às outras, e as pode inibir de exercerem, querendo, o direito, que também lhes compete, de habitá-la.

42

Ocorrendo evicção,

- (A) as benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante, assim como os frutos naturais e civis, os produtos e as pertenças, excetuando-se as benfeitorias voluptuárias.
- (B) não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, ainda que soubesse do risco da evicção, ou, dele informado, o tivesse assumido.

- (C) nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, mas essa garantia não pode ser reforçada, nem diminuída, e não subsistirá nas hipóteses em que a aquisição da coisa for realizada em hasta pública.
- (D) se o adquirente tiver auferido vantagens das deteriorações, e não tiver sido condenado a indenizá-las, o valor das vantagens será deduzido da quantia que lhe houver de dar o alienante.
- (E) salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir, mas não pelas despesas dos contratos e pelos prejuízos que dela resultarem.

43

A indenização fundada na responsabilidade civil,

- (A) por ofensa à liberdade pessoal, consistirá no pagamento das perdas e danos que sobrevierem ao ofendido, e se este não puder provar prejuízo caberá ao juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização.
- (B) no caso de homicídio, consiste, excluindo outras reparações, no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família e na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia.
- (C) se da lesão ou ofensa à saúde resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização abrangerá somente as despesas do tratamento e os lucros cessantes até ao fim da convalescença.
- (D) havendo usurpação ou esbulho do alheio, além da restituição da coisa, a indenização consistirá em pagar o valor das suas deteriorações e o devido a título de lucros cessantes; faltando a coisa, dever-se-á reembolsar o dobro ao prejudicado.
- (E) por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido, salvo se este não puder provar prejuízo material, hipótese que acarretará o indeferimento do pedido.

44

Estipulada a cláusula penal,

- (A) nela incorre de pleno direito o devedor, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.
- (B) se conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, a de alguma cláusula especial, mas não à mora.
- (C) para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do devedor.
- (D) não pode o juiz reduzi-la mesmo nos casos em que o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista que a natureza e a finalidade do negócio podem ferir a autonomia privada.
- (E) quando a obrigação for indivisível, somente incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.



45

Sendo a obrigação solidária,

- (A) o devedor demandado pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as comuns a todos, aproveitando-lhe as exceções pessoais a outro codevedor.
- (B) no caso de rateio entre codevedores, contribuirão também os exonerados da solidariedade pelo credor, pela parte que na obrigação incumbia ao insolvente.
- (C) impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, assim como o de pagar as perdas e danos.
- (D) o pagamento parcial feito por um dos devedores não aproveita aos outros devedores, senão até à concorrência da quantia paga ou relevada, mas os codevedores aproveitam da remissão feita a um deles.
- (E) o devedor que satisfaz a dívida por inteiro tem direito a exigir de cada um dos codevedores a sua quota, deduzida a quota do insolvente, se o houver, presumindo-se iguais, no débito, as partes de todos os codevedores.

46

A responsabilidade civil sujeita-se à seguinte regra:

- (A) A reponsabilidade pelo dano proveniente das coisas que caírem do prédio ou forem lançadas em lugar indevido recai exclusivamente na figura do seu dono.
- (B) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- (C) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, ainda que sua necessidade não fosse manifesta.
- (D) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, sempre ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.
- (E) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, o triplo do que houver cobrado, salvo se houver prescrição.

47

No Brasil, o regramento da responsabilidade civil do Estado passou por diversas fases, identificando-se que

- (A) atualmente o Estado responde pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, desde que comprovada a culpa ou o dolo do agente público.
- (B) a Constituição vigente estatui que as concessionárias de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros na prestação do referido serviço, independentemente de culpa ou dolo dos referidos agentes, desde que comprovado o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.

- (C) a Constituição Republicana de 1891 já consagrava a teoria objetiva da responsabilidade do Estado, configurando-se como uma das pioneiras no continente americano a esse respeito.
- (D) o direito de regresso do Estado em face do agente causador de dano sempre se dá independentemente da configuração de dolo ou culpa do causador do dano.
- (E) hoje, para restar caracterizada a responsabilidade civil do Estado, é imprescindível a prática de um ato ilícito por parte do Estado que cause um dano anormal e específico a terceiros.

48

Acerca do regime de responsabilidade das sociedades, é correto afirmar que,

- (A) nas sociedades em nome coletivo, os sócios administradores respondem por dívidas da sociedade, sem solidariedade.
- (B) nas sociedades limitadas e anônimas, os sócios não respondem por dívidas da sociedade.
- (C) na sociedade simples, a responsabilidade dos sócios é subsidiária.
- (D) como regra, os sócios das sociedades simples respondem solidariamente pelas dívidas sociais.
- (E) nas sociedades não personificadas, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas dívidas da sociedade.

49

De acordo com o Código Civil,

- (A) nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (B) a liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato, sendo lícito contratar sobre a herança de pessoa viva.
- (C) nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e da excepcionalidade da revisão contratual.
- (D) os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade, impessoalidade, publicidade e de boa-fé.
- (E) os contratos civis e empresariais presumem-se paritários, mas não simétricos, até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção.



50

Sobre o regime jurídico de inovação, é correto afirmar que

- (A) caso a ICT venha a prestar serviços técnicos especializados, o servidor público envolvido poderá receber, diretamente da ICT, retribuição pecuniária custeada com recursos arrecadados com a atividade contratada.
- (B) nas empresas e em instituições públicas ou privadas, não é matéria constitucional, tendo sido previsto apenas em lei federal.
- (C) a Lei 10.973/04, designada “Lei da Inovação”, impede que Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) incluam, nos contratos de licenciamento de tecnologias por si desenvolvidas, cláusula de exclusividade.
- (D) nas parcerias entre ICT e instituições públicas ou privadas para realização de atividades de pesquisa tecnológica, os direitos de propriedade intelectual devem ser atribuídos integralmente às ICT, sem possibilidade de cessão ao parceiro.
- (E) a União ou os entes federativos não podem exigir licença de propriedade intelectual como condição para deter participação minoritária no capital social de empresas com o propósito de desenvolver produtos ou processos inovadores.

51

Segundo a disciplina jurídica das patentes,

- (A) o prazo de vigência da patente tem como termo inicial a data da concessão do registro, sendo a data do depósito um marco para anterioridade no estado da técnica.
- (B) a não exploração da patente por seu titular enseja nulidade do registro, independentemente de prévia licença compulsória.
- (C) comprovada a violação de patente, o infrator pode ser condenado a pagar ao titular indenização retroativa à data da publicação do pedido.
- (D) métodos terapêuticos, de diagnóstico e técnicas cirúrgicas podem ser patenteados caso se destinem à aplicação industrial.
- (E) para a aferição da novidade, são levadas em consideração as tecnologias acessíveis no Brasil a um técnico no assunto.

52

No tratamento de ações constitucionais,

- (A) o STF não admite a impetração de mandado de segurança para questionar a constitucionalidade de proposta de emenda constitucional, dada a ausência de direito líquido e certo.
- (B) o mandado de injunção, tendo por função suprir omissões legislativas, pode ser impetrado perante o STF com o objetivo de obrigar o Estado a legislar sobre uma dada matéria, ainda que não prevista na Constituição.
- (C) o mandado de segurança por omissão pode ser equiparado ao mandado de injunção, tendo ambos, nessa hipótese, o mesmo objeto e causa de pedir.
- (D) o STF não tem competência originária para julgar *habeas data* quando a ação for do interesse de toda a Magistratura, salvo se impetrado em face de ato do Conselho Nacional de Justiça.

- (E) a ação popular funda-se no direito político do cidadão, podendo ser considerada uma forma a ele constitucionalmente prevista de fiscalizar os atos de administração.

53

Levando em consideração os dispositivos legais e constitucionais aplicáveis, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)

- (A) é instrumento típico do modelo concentrado de controle de constitucionalidade, somente cabível quando não haja outro meio eficaz de sanar a lesividade, restrição essa que deve ser interpretada literalmente.
- (B) tem seu cabimento excluído, se houver, na mesma hipótese, processos ordinários e de recursos extraordinários cabíveis para a solução de determinada controvérsia constitucional.
- (C) é cabível para reparar lesão a preceito fundamental decorrente da legitimidade ou não de uma lei ou ato normativo; contudo, não é cabível se tal lesão for decorrente de interpretação judicial do texto constitucional.
- (D) é cabível quando houver (i) violação generalizada de direitos humanos, (ii) omissão estrutural dos três poderes e (iii) necessidade de solução complexa que exija participação de todos os Poderes.
- (E) é cabível nas hipóteses relativas ao controle de legitimidade do direito pré-constitucional, mas não nas controvérsias sobre direito pós-constitucional já revogado ou cujos efeitos já se exauriram.

54

O procedimento especial do mandado de segurança, instrumento processual previsto na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, é bastante comum no cotidiano da Procuradoria Geral da Universidade de São Paulo, possuindo especificidades, tais como:

- (A) o STF, na ADIN 4.296/DF, reconheceu a inconstitucionalidade do dispositivo legal que prevê o descabimento de condenação em honorários advocatícios nos mandados de segurança.
- (B) de acordo com o STF, ADIN 4.403/DF, a Lei 12.016/2009 conferiu à autoridade coatora capacidade postulatória para recorrer, independente de advogado.
- (C) a sentença que conceder o mandado de segurança não pode ser executada provisoriamente, pois qualquer execução contra a Fazenda Pública exige trânsito em julgado.
- (D) concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
- (E) o direito de impetrar mandado de segurança contra ato de que o interessado tomar ciência em 19/06/2023 (segunda-feira) extinguir-se-á em 19/10/2023 (quinta-feira).



55

A competência representa uma limitação ao poder dos juízes, buscando-se evitar indevida concentração de força nas mãos de poucas autoridades; mas, de outro lado, não se trata de regramento legal completamente cogente, havendo espaço para a vontade das partes em algumas situações. Por isso,

- (A) a ação possessória imobiliária deverá ser proposta no foro de situação da coisa, mas o juízo tem competência relativa, modificável por convenção das partes.
- (B) a incompetência absoluta será alegada em preliminar de contestação; já a relativa, em exceção apartada e sujeita-se à preclusão.
- (C) não havendo a alegação da incompetência absoluta em contestação, o réu não mais poderá suscitá-la.
- (D) a conexão determina a reunião dos processos, mesmo que um deles já tenha sido julgado, de acordo com a jurisprudência consolidada do STJ.
- (E) a competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.

56

Os magistrados

- (A) de primeiro grau devem exercer jurisdição sempre na mesma vara, em razão da inamovibilidade.
- (B) estão absolutamente impedidos de advogar durante os três anos subsequentes à aposentadoria.
- (C) gozam apenas da garantia de irredutibilidade do subsídio quando atingem o segundo grau do Poder Judiciário.
- (D) de primeiro grau não integram qualquer colegiado.
- (E) investidos nos cargos de ministros do STF e do STJ não julgam apenas recursos de decisões proferidas em segundo grau.

57

Compete apreciar e julgar conflito negativo de competência suscitado por uma Vara do Trabalho em face de unidade fracionária de primeira instância da Justiça Federal o

- (A) Tribunal Regional do Trabalho a que estiver vinculada a unidade trabalhista.
- (B) Tribunal Regional Federal a que estiver vinculada a unidade federal.
- (C) Tribunal Superior do Trabalho.
- (D) Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Supremo Tribunal Federal.

58

De acordo com a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal, compete apreciar e julgar a ação civil pública aforada pelo Ministério Público do Trabalho sobre temas de saúde, higiene e segurança do trabalho

- (A) a Justiça do Trabalho.
- (B) a Justiça Federal.
- (C) a Justiça Estadual.
- (D) a Justiça do Trabalho em concorrência com a Justiça Estadual.
- (E) o órgão judicial definido de acordo com a pretensão deduzida.

59

Da decisão denegatória colegiada de mérito proferida em sede de Mandado de Segurança impetrado contra ato de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho cabe Recurso

- (A) Ordinário para o STF.
- (B) de Embargos para a SDI I do TST.
- (C) Extraordinário para o STF.
- (D) Ordinário para o Pleno do TST.
- (E) Ordinário para o Órgão Especial do TST.

60

A Administração Pública sujeita-se a três formas de controle: (i) ao controle por parte do Poder Judiciário, (ii) ao controle por parte do Poder Legislativo, e (iii) ao controle exercido, por ela própria, sobre seus atos. No tocante ao controle legislativo,

- (A) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial a cargo da Assembleia Legislativa de São Paulo, auxiliada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, abarca apenas pessoas físicas e entidades públicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores públicos.
- (B) a autorização, pelo Congresso Nacional, da intervenção federal a ser decretada pela União Federal constitui uma das formas de controle político dos atos da Administração Pública a ser exercido pelo Poder Legislativo.
- (C) os pedidos escritos de informações encaminhados pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a Ministros de Estado constituem uma forma de controle político a ser exercido pelo Poder Legislativo, configurando ato de improbidade administrativa a sua recusa ou o não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias.
- (D) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Universidade de São Paulo, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa de São Paulo, mediante controle externo, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- (E) o controle político a ser exercido pelo Poder Legislativo limita-se tão somente a aspectos de legalidade de determinado ato da Administração Pública, não incidindo sobre aspectos da discricionariedade do ato.



61

Em razão da indisponibilidade do interesse público, os poderes administrativos não constituem verdadeiros poderes, mas deveres. Por isso, é mais correto utilizar expressões como "poder-dever" ou, ainda, "dever-poder", logo a

- (A) omissão da Administração não constitui ato administrativo, mas a lei pode atribuir efeito jurídico ao silêncio da Administração Pública.
- (B) omissão da Administração sempre será considerada uma ilegalidade.
- (C) omissão da Administração poderá ser considerada legal, desde que se trate de uma omissão específica.
- (D) teoria da reserva do possível não pode ser utilizada como justificativa para a omissão da Administração.
- (E) omissão da Administração Pública não pode gerar qualquer responsabilidade, seja para o Estado, seja para o servidor público, na ausência de pronunciamento.

62

A respeito do princípio da isonomia, Lucia Valle Figueiredo afirma:

“Além de ser princípio constitucional, é também princípio do próprio Direito Administrativo. Este princípio, todavia, deve ser entendido com cautela. A isonomia, com efeito, há de ser compreendida dentro do princípio da igualdade, entre os iguais, não pode ostentar abrangência que chegasse ao absurdo de promover o nivelamento de desiguais”

Curso de Direito Administrativo. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1995, p. 39.

Com base neste texto, a isonomia

- (A) não admite *discrimen*, devendo o administrador editar o ato administrativo sem qualquer diferenciação entre os administrados.
- (B) admite *discrimen*, devendo a Administração apresentar as suas justificativas, atendendo assim ao princípio da motivação.
- (C) admite *discrimen*, sendo necessário atender ao princípio da legalidade, sem a apresentação de qualquer motivação, em se tratando de ato administrativo vinculado.
- (D) admite *discrimen*, atendido o princípio da motivação e observada a necessária razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.
- (E) não admite *discrimen*, por se tratar de princípio constitucional absoluto e estruturante.

63

O artigo 5º, inciso I, do Decreto Lei 200/63 prescreve que a Autarquia é “serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”.

Em razão disso, é correto afirmar que todas as Autarquias são pessoas jurídicas de

- (A) Direito Privado, com regime híbrido, uma vez que praticam atos de Administração regidos pelo Direito Privado.
- (B) Direito Privado, com regime jurídico especial.
- (C) Direito Público, com regime jurídico especial, mas sem prerrogativas e restrições.
- (D) Direito Público, com regime jurídico especial, com todas as prerrogativas e restrições decorrentes de seu regime jurídico.
- (E) Direito Público, com regime jurídico de Direito Público, com todas as prerrogativas e restrições decorrentes de seu regime jurídico.

64

Segundo o magistério de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, entende-se por ato da Administração:

"todo o ato praticado no exercício da função administrativa"

Direito Administrativo. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022, p. 232.

É, porém, ato administrativo propriamente dito

- (A) a demolição, pela Defesa Civil, de uma casa que ameaça desmoronar na encosta de uma grande cidade.
- (B) o contrato de locação firmado entre a Administração Pública e um particular.
- (C) a certidão emitida por um órgão da Administração Pública Municipal.
- (D) a aplicação de multa a um estabelecimento comercial que não possui licença de funcionamento.
- (E) a ratificação de um tratado internacional de direitos humanos pelo Presidente da República.

65

Nos termos da Lei Estadual nº 10.177/98, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, a Administração poderá convalidar seus atos inválidos

- (A) independentemente de motivação.
- (B) ainda que da convalidação resulte prejuízo à Administração ou a terceiros.
- (C) por meio de autoridade titulada para a prática do ato, na hipótese de vício de competência, ainda que em casos de competência indelegável.
- (D) quando a invalidade decorrer de desvio de poder.
- (E) quando a invalidade decorrer de vício formal e esse puder ser suprido de forma eficaz.



66

“O dogma da nulidade da lei inconstitucional pertence à tradição do Direito brasileiro. A teoria da nulidade tem sido sustentada por praticamente todos os nossos importantes constitucionalistas. Fundada na antiga doutrina americana, segundo a qual *the unconstitutional statute is not law at all*, significativa parcela da doutrina brasileira posicionou-se em favor da equiparação entre inconstitucionalidade e nulidade. Afirmava-se, em favor dessa tese, que o reconhecimento de qualquer efeito a uma lei inconstitucional importaria na suspensão provisória ou parcial da Constituição”.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 1283-1284.

Por isso, pode-se afirmar que

- (A) a declaração de nulidade total da lei inconstitucional ocorre apenas quando o Supremo Tribunal Federal reconhece a inconstitucionalidade material de um de seus dispositivos e, por arrastamento, declara a inconstitucionalidade de toda a lei.
- (B) o reconhecimento da inconstitucionalidade de uma lei, no Direito brasileiro, pode acarretar quatro possíveis declarações: (i) nulidade total, (ii) nulidade parcial, (iii) nulidade parcial sem redução de texto e (iv) interpretação conforme a Constituição.
- (C) o dogma da nulidade da lei inconstitucional foi relativizado pelo artigo 27 da Lei nº 9.868/1999, que passou a permitir, dentre outras relativizações, a chamada modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade.
- (D) a declaração de nulidade parcial sem redução de texto é incompatível com o dogma da nulidade da lei inconstitucional e, dessa forma, somente é aplicada em situações de reconhecimento de inconstitucionalidade formal.
- (E) a interpretação conforme a Constituição é, em todas as situações em que efetivamente invocada pelo STF, equiparável à declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto.

67

Considerado o plano da validade do negócio jurídico,

- (A) haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas às quais realmente se conferem, ou transmitem ou contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.
- (B) a conversão do negócio jurídico nulo pode ocorrer quando ele contiver os requisitos de outro, hipótese em que o negócio nulo produzirá efeitos se o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.
- (C) as causas de nulidade devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, sendo-lhe permitido supri-las, mediante requerimento das partes ou do Ministério Público.
- (D) além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico, por incapacidade relativa do agente e por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

- (E) respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.

68

Quanto à regulamentação constitucional, pode-se afirmar que a imunidade

- (A) recíproca pode ser considerada uma garantia decorrente do estado federativo; todavia, tal garantia não pode ser considerada cláusula pétrea.
- (B) prevista no artigo 150, VI, “c”, da CF não alcança os tributos ditos “indiretos”, ainda que situada a entidade imune como contribuinte de direito.
- (C) concedida no artigo 150, VI, “c”, da CF é afastada quando os imóveis das instituições de educação forem utilizados como escritório e residência de membros da entidade.
- (D) em algumas hipóteses configura garantia constitucional em defesa de liberdades públicas constitucionalmente asseguradas, como as liberdades sindical, de culto e de informação.
- (E) dos livros e do papel destinado a sua impressão, prevista no artigo 150, VI, “d”, da CF/88 se estende aos livros eletrônicos, mas não aos seus suportes físicos.

69

O Poder Executivo deve enviar ao Poder Legislativo a proposta orçamentária, nos prazos estabelecidos nas Constituições e Leis Orgânicas dos Municípios, sendo que

- (A) a mensagem da proposta orçamentária deve conter, dentre outros requisitos, a exposição circunstanciada da situação econômico-financeira e a justificação da receita e da despesa, particularmente no tocante ao orçamento de custeio.
- (B) é vedado constar da mensagem saldos de créditos especiais e restos a pagar que deverão integrar a especificação dos programas já realizados.
- (C) constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.
- (D) nas tabelas explicativas, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação, a receita arrecadada apenas nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta.
- (E) haverá especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo apenas no que diz respeito às obras a realizar.

70

A imunidade tributária NÃO alcança

- (A) o patrimônio das entidades sindicais empresariais.
- (B) o patrimônio da USP, por ser uma autarquia estadual.
- (C) o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos.
- (D) os fonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais de autores brasileiros.
- (E) templos de qualquer culto quanto à cobrança de IPTU.



71

Consoante a legislação tributária,

- (A) as contribuições não são tributos, pois possuem referibilidade, o que as afasta do conceito legal.
- (B) as taxas em razão do exercício do poder de polícia são tributos, pois existem para custear uma atividade pública específica.
- (C) impostos com função predominantemente extrafiscal, como o Imposto de Importação e o IOF, não devem obedecer à anterioridade nonagesimal, quando majorados.
- (D) o ICMS pode ser cobrado na exportação, caso a União não cobre o Imposto de Exportação.
- (E) o ITR é um tributo que incide sobre a propriedade, a posse e o domínio útil de áreas urbanas.

72

Sobre decadência e prescrição do crédito tributário, é correto afirmar que

- (A) para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, a contagem do prazo decadencial obedece sempre à regra do artigo 150, § 4º, do Código Tributário Nacional.
- (B) a discussão administrativa do crédito tributário obsta a sua constituição definitiva, de modo que a contagem do prazo prescricional começa a fluir no primeiro dia útil subsequente ao julgamento definitivo pelo órgão administrativo.
- (C) as normas de decadência e prescrição sujeitam-se à reserva de lei complementar.
- (D) de acordo com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, o protesto judicial não interrompe a prescrição.
- (E) na hipótese de solidariedade, a interrupção da prescrição em favor de um dos devedores não aproveita aos demais.

73

São características do ICMS:

- I. Não cumulatividade e seletividade obrigatórias.
- II. Estabelecimento de alíquotas mínimas, pelo Senado Federal, para operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- III. Não incide sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.
- IV. Progressividade pelo volume de operações.

Dos enunciados apresentados, é correto o que foi indicado em

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

74

A vinculação de parcela da receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, nos termos do art. 218, §5º, da Constituição Federal é

- (A) dependente de comprovação prévia de resultados, dado que o §1º do mesmo art. 218 a condiciona ao atendimento do bem público e ao progresso da ciência, tecnologia e inovação.
- (B) vedada às entidades que não desenvolvam, conjuntamente, o ensino e a pesquisa.
- (C) vedada aos Estados que criaram e mantêm universidades públicas que, por força do princípio da indissociabilidade previsto no art. 207, já devem oferecer ensino e pesquisa, configurando-se, na hipótese, dúplice atribuição de recursos para os mesmos fins.
- (D) permitida, conforme a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, desde que seja feita para beneficiar entidade pública de pesquisa.
- (E) permitida apenas para o desenvolvimento de pesquisa básica, a teor do disposto no §1º do art. 218: “A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.”

75

“Para o Direito Constitucional, a importância da interpretação é fundamental porque, pelo caráter amplo e aberto da Constituição, os problemas de interpretação surgem com maior frequência do que noutros setores do ordenamento em que as normas são detalhadas. Importância que aumenta, se isso for possível, numa ordem constitucional dotada de uma jurisdição constitucional de amplas proporções, como é a da Lei Fundamental. Se em virtude da própria Constituição o Tribunal Constitucional a interpreta com eficácia vinculante não só para o cidadão mas também para os órgãos do Estado, a ideia que origina e legitima essa vinculação – que não é senão a de submissão de todo o poder do Estado à Constituição – só poderá tornar-se realidade se as sentenças do Tribunal expressarem o conteúdo da Constituição, ainda que na visão do Tribunal. Embora o Tribunal seja competente para fixar esse conteúdo com eficácia vinculante, nem por isso ele está acima da Constituição, à qual deve sua existência. Por isso, é fundamental para o cumprimento do objetivo do Tribunal, assim como para o processo constitucional como um todo, o modo como se resolve o problema da interpretação constitucional”.

HESE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 102-103

Diante das constatações apontadas no texto acima, e tendo em vista os métodos e princípios de interpretação constitucional,

- (A) a técnica de ponderação é um método de interpretação aplicável apenas a situações em que haja conflito de princípios constitucionais, e deve se dar independentemente de juízos de proporcionalidade.
- (B) a complexidade da interpretação constitucional torna inócuo o emprego das técnicas clássicas de interpretação, como a teleológica, a histórica, a sistemática e/ou a gramatical.
- (C) o princípio da unidade da Constituição obriga o intérprete a sempre contemplar a norma constitucional no conjunto do texto, não devendo ser considerada isoladamente.
- (D) o critério da “correção funcional”, pelo qual o órgão de interpretação constitucional não pode, por sua atividade, modificar a distribuição constitucional de suas atividades, não é um princípio de interpretação.
- (E) a “força normativa da Constituição” é também um critério de interpretação constitucional que visa a preservar o sentido original do texto fundamental frente a possíveis atualizações interpretativas.



76

“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - soberania; II - cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político”.

Artigo 1º, *caput*, da Constituição Federal de 1988.

Assim,

- (A) a cidadania constitui o liame jurídico entre o indivíduo e o Estado, fundamentado no princípio democrático.
- (B) o princípio federativo designa um modo de exercício do poder político baseado na pluralidade de Estados e Municípios existentes em um dado território.
- (C) é característica da Federação Brasileira o direito de secessão, à vista da autonomia constitucionalmente conferida à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (art. 18, CF/1988).
- (D) uma das características do governo republicano é a sua base democrática, embora não se possa afirmar que os seus fundamentos sejam os mesmos do Estado Democrático, porque este não constitui um regime mas uma forma de governo.
- (E) os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte se desenvolveram ao longo de 20 meses, durante os anos de 1987 e 1988, ao fim dos quais, com a promulgação da Constituição, encerrou-se a fase que se entende por República Nova.

77

A Constituição, como sistema aberto de princípios e regras, pode ser descrita como

- (A) a soma dos fatores reais do poder que regem a sociedade.
- (B) a lei suprema de um País que prevê a participação concomitante de seus diversos entes.
- (C) a ordem objetiva de valores que se apresenta incompleta e com certa indeterminação de sentido.
- (D) a Constituição elaborada legitimamente pelo poder constituinte originário.
- (E) uma Constituição que impõe ao legislador e ao administrador certos deveres de atuação positiva, obrigatória.

78

Decidiu o Supremo Tribunal Federal:

“É certo que a ordem econômica na Constituição de 1988 define opção por um sistema no qual joga um papel primordial a livre iniciativa. Essa circunstância não legitima, no entanto, a assertiva de que o Estado só intervirá na economia em situações excepcionais. Mais do que simples instrumento de governo, a nossa Constituição enuncia diretrizes, programas e fins a serem realizados pelo Estado e pela sociedade. Postula um plano de ação global normativo para o Estado e para a sociedade, informado pelos preceitos veiculados pelos seus arts. 1º, 3º e 170. A livre iniciativa é expressão de liberdade titulada não apenas pela empresa, mas também pelo trabalho. Por isso a Constituição, ao contemplá-la, cogita também da ‘iniciativa do Estado’; não a privilegia, portanto, como bem pertinente apenas à empresa. Se de um lado a Constituição assegura a livre iniciativa, de outro determina ao Estado a adoção de todas as providências tendentes a garantir o efetivo exercício do direito à educação, à cultura e ao desporto (arts. 23, V; 205; 208; 215; e 217, § 3º, da Constituição). Na composição entre esses princípios e regras há de ser preservado o interesse da coletividade, interesse público primário. O direito ao acesso à cultura, ao esporte e ao lazer são meios de complementar a formação dos estudantes”.

ADI 1.950, rel. min. Eros Grau, j. 3-11-2005, DJ de 2-6-2006.

Segundo este entendimento,

- (A) o princípio da livre iniciativa, que tem papel primordial na ordem econômica constitucionalmente definida, pode ser invocado para afastar regras de regulação do mercado.
- (B) os valores sociais do trabalho constituem, ao lado da livre iniciativa, alicerces da Ordem Econômica, com a finalidade de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social e, por um dos seus princípios, a busca do pleno emprego.
- (C) informam o modelo de ordem econômica consagrado pela Constituição os princípios da livre concorrência e da liberdade do exercício das atividades econômicas, mas não o da defesa do consumidor, que constitui princípio da Ordem Social.
- (D) em respeito ao princípio da livre iniciativa, o Estado deve restringir a sua atuação como agente normativo e regulador da atividade econômica somente ao setor público.
- (E) a iniciativa do Estado, compatível com a ordem econômica constitucional, só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.



79

Na disciplina constitucional do direito à educação,

- (A) o direito social à educação, bem como a prioridade absoluta de proteção às crianças e aos adolescentes, em respeito à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento que são, exigem o financiamento público da educação básica, o mesmo não ocorrendo em relação à educação superior.
- (B) não há norma que impeça a cobrança de mensalidades em curso de especialização de universidade pública.
- (C) é inconstitucional a fixação do piso nacional do magistério da educação básica por norma federal, por ferir o pacto federativo.
- (D) o estágio de estudantes, seja perante entidade privada, seja em meio ao serviço público, tem como objetivo fundamental agregar conhecimentos e desenvolver capacidades essenciais à sua inserção e seu progresso no mercado de trabalho; contudo, o estagiário deve contribuir para o incremento de lucratividade/eficiência da instituição em que estagia, equiparando-se, nesse caso, ao trabalhador.
- (E) a Constituição Federal veda o ensino domiciliar.

80

Com base na previsão constitucional da autonomia universitária (artigo 207 da Constituição Federal), NÃO é correto afirmar

- (A) que a escolha de Reitor de universidade pública pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de lista triplíce, é ato contrário à autonomia universitária porquanto configura ato de interferência em matéria de competência própria da instituição, definida por decisão colegiada de seus integrantes.
- (B) ser constitucional a previsão legal que assegure, na hipótese de transferência *ex officio* de servidor, a matrícula em instituição pública de ensino superior, se inexistir instituição congênere à de origem.
- (C) que, para a transferência do servidor público deve ser observada a exigência de que o estabelecimento seja congênere; contudo, admite-se como exceção a transferência de instituição de ensino privada para instituição pública na hipótese de inexistência, na cidade de destino, de instituição privada que ofereça o mesmo curso superior.
- (D) que, sendo a escolha de Reitor de universidade determinada a partir de lista triplíce, não se justifica a imposição de escolha pelo Chefe do Poder Executivo no nome mais votado, sob pena de total inutilidade da votação e de restrição absoluta à discricionariedade mitigada concedida ao Chefe do Poder Executivo.
- (E) que a autonomia universitária, constante do art. 207 da CF, não equivale à concessão de independência ou soberania às instituições universitárias e não obsta de forma absoluta a ingerência do Poder Executivo na definição de diretrizes políticas gerais de atuação das universidades.



PROCURADOR 2023
1ª Fase – Objetiva

0/0

1

1/100

